RECURSO VOLUNTÁRIO: N.088/14

AUTO DE INFRAÇÃO: N.20112930500123

SUJEITO PASSIVO RECORRENTE: EMPRESA UNIAO CASCAVEL DW
TRANSPORTE E TURISMO.

RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

RELATOR: LEONARDO MARTINS GORAYEB

RELATÓRIO: N.074/22/1ª CÂMARA/TATE

VOTO

I- DOS FATOS

Fora lavrado auto de infração n.20112903500123 fls. 02 contra o contribuinte epigrafado, no dia 26/01/2011, às 06:47 horas, por emitir documentos fiscais com omissão de dados. Trata-se de Conhecimento de Transporte Rodoviário de Carga sem a IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO TRANSPORTADOR, descumprindo o que determina o Art. 17, X, do CONVÊNIO/SINIEF 06/89 c/c Art.229, X do RICMS. As omissões foram verificadas nos CTCs de n.080803, 080808, 080798, 080809, 080810, 080804, 080807, 080816, 080806, 083201, 083199, conforme cópia anexa. Multa 10 UPF/RO por documento fiscal.

Os Artigos utilizados como base legal da autuação: Art.177, §2º, 1º, Art.229, X e Art.859 do RICMS/RO, Art. 17, X do Conv. SINIEF 06/89 e a multa do Artigo 79 - V da Lei 688/96.

O valor do crédito, segundo o agente autuante, é de R\$4.887,30.

Às fls. 18, o responsável servidor informa que o contribuinte não efetuou o pagamento de seu débito e nem apresentou defesa tempestiva, declarando Revel.

A Unidade de Julgamento de 1ª Instância, decide com base nos seguintes fundamentos. Que a autuação foi lastreada na emissão de documentos fiscais com omissão de dados, configurando descumprimento de obrigação acessória tributária, conforme dispõe o artigo 79, V da Lei 688/96, assim, decide pela procedência da ação fiscal.

A ciência da decisão deu-se no dia 13/12/2015, como se observa pela juntada do AR às fls. 23.

O Sujeito passivo apresenta o seu Recurso Voluntário, que o AFTE entendeu de forma equivocada pela omissão de dados, uma vez no CTCR, conforme se verifica e demais documentos, há expressa identificação do veículo, razão pela qual não deve persistir a autuação, que o veículo foi corretamente identificado, quando da identificação ao fiscal, motivo pelo qual requer a improcedência do auto de infração.

O fisco de manifesta por meio do AFTE, que o sujeito passivo, não se defendeu propriamente dito, já que não trouxe nada para ajudar no deslinde. Que o processo está revestido das formalidades legais e nada mais tendo a acrescentar, sendo totalmente favorável ao julgamento de primeira instância.

II - Do Mérito do Voto

Tem-se que o sujeito passivo, emitiu documentos fiscais com omissão de dados. Trata-se de Conhecimento de Transporte Rodoviário de Carga sem a IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO TRANSPORTADOR, descumprindo o que determina o Art. 17, X, do CONVÊNIO/SINIEF 06/89 c/c Art.229, X do RICMS. As omissões foram verificadas nos CTCs de n.080803, 080808, 080798, 080809, 080810, 080804, 080807, 080816, 080806, 083201, 083199, conforme cópia anexa. Multa 10 UPF/RO por documento fiscal.

Destarte, se alguma infração houve, seja por descumprimento de obrigação principal, seja de natureza formal (obrigação acessória), compete ao estado de Santa Catarina, o sujeito ativo da relação jurídico-tributária estabelecida, nos termos dos artigos 102 e 119 do CTN, aplicar as penalidades cabíveis.

Código Tributário Nacional:

Art. 102 - A legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham esta ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.

Art. 119- Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.

Contudo, ultrapassada a análise do Recurso Voluntário proposto, melhor sorte não teria o auto de infração em razão da edição da Súmula 001/TATE/SEFIN, em que: **"indevido é a autuação por omissão ou incorreção de dados em documento fiscal de contribuinte não inscrito no estado de Rondônia"**.

Neste sentido, este julgador discorda dos argumentos apresentados pelo julgador monocrático, reformando-se a decisão de Procedente para Improcedência da ação fiscal.

III- DO VOTO- CONCLUSÃO

Este Relator, conhece do presente Recurso Voluntário para dar-lhe provimento, no sentido que seja reformada a decisão de Primeira Instância que decidiu pela Procedência para Improcedência do auto de infração, assim julgo.

Porto Velho-RO, 18 de Maio de 2022.

LEONARDO MARTINS GORAYEB

CONSELHEIRO DA 1ª CAMARA DE JULGAMENTO DE 2ª INSTÂNCIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE

PROCESSO : Nº. 20112930500123
RECURSO : VOLUNTÁRIO Nº. 088/14.
RECORRENTE : EUCATUR EMPRESA UNIÃO CASVAVEL T. T. LTDA.
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL.
RELATOR : JULGADOR – LEONARDO MARTINS GORAYEB.

RELATÓRIO : Nº. 074/2022/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN.

ACÓRDÃO Nº 213/2022/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN

EMENTA : **MULTA – EMITIR O CONHECIMENTO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA SEM IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO TRANSPORTADO – OCORRÊNCIA** – O sujeito passivo, emitiu documentos fiscais com omissões de dados em seus CTC's. Constatou-se que nos Conhecimentos de Transporte rodoviário de cargas, fls.3 a 12, não continham a identificação do veículo transportador, descumprindo o que determina a legislação tributária estadual. Todavia, por ser o contribuinte estabelecido em outra unidade da Federação, aplica-se ao caso o comando normativo estabelecido na Súmula 01 do TATE/SEFIN/RO. Alterada a decisão de primeira instância que julgou de procedente para declarar a improcedência do Auto de Infração. Recurso Voluntário provido. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**, à unanimidade em conhecer do recurso voluntário interposto para no final dar-lhe provimento, reformando-se a decisão de primeira instância de procedente para **IMPROCEDENTE** o auto de infração nos termos do Voto do Julgador Relator, constantes dos autos, que faz parte integrante da presente decisão. Participaram do julgamento Reinaldo do Nascimento Silva, Amarildo Ibiapina Alvarenga, Leonardo Martins Gorayeb e Dyego Alves de Melo.

TATE, Sala de Sessões, 18 de maio de 2022

Anderson Aparecido Arnaut
Presidente

Leonardo Martins Gorayeb
Julgador/Relator